

**Preparado para o II Seminário Discente da Pós-Graduação em
Ciência Política da USP**

Flutuação do Voto e Sistema Partidário: o caso de São Paulo

Sergio Simoni Junior

Mesa: Partidos e Eleições

26/04/12

23 a 27 de abril de 2012

Resumo

Este paper tem como objeto de estudo o papel dos partidos políticos brasileiros no momento eleitoral, sob o prisma da volatilidade eleitoral. A questão da volatilidade é um dos principais tópicos de análise na área eleitoral e, em especial, sobre sistema partidário e sua evolução. Diz respeito à estabilidade/mudança, no tempo, da direção partidária do voto por parte do eleitor. No Brasil, o debate se trava em torno da institucionalização do sistema partidário e da relação deste com o eleitorado. Argumenta-se, de modo geral, que os partidos brasileiros manteriam relação fluída com os eleitores, o que configuraria um quadro de competição eleitoral instável e volúvel. Busca-se aqui uma versão alternativa, baseada em discussões teóricas e evidências metodológicas e empíricas. O objeto empírico são os resultados eleitorais para o estado de São Paulo, nas eleições para cargos do Executivo, ou seja, presidente, governador e prefeito, nos anos de 1982 a 2008, com foco no período pós-94. As considerações finais buscam novos pontos analíticos para o debate sobre a institucionalização do sistema partidário brasileiro.

Palavras chave: Volatilidade Eleitoral, Sistema Partidário, São Paulo.

Introdução

O debate a sobre institucionalização do sistema partidário é um dos mais prementes no âmbito da Ciência Política nacional. Diz respeito ao campo mais geral de pesquisas sobre o funcionamento da democracia no Brasil. O conceito de volatilidade eleitoral é um dos principais tópicos de análise sobre a relação entre os partidos, o sistema partidário e os eleitores, e sua evolução no tempo. Do ponto de vista teórico, a noção de volatilidade eleitoral se relaciona com a idéia de representação política, de identificação partidária, de competição eleitoral. Do ponto de vista empírico, versa sobre a estabilidade/mudança da direção partidária do voto por parte do eleitor.

Esta temática surge entre os analistas do cenário europeu nos anos 70, motivados em apreender o possível desalinhamento nas relações partido-eleitor em alguns contextos nacionais. No campo brasileiro, com a redemocratização dos anos 80, o conceito de volatilidade foi e é utilizado como um dos instrumentais analíticos para se compreender o processo e o grau de institucionalização dos partidos em específico, e do sistema representativo de modo geral. Teriam os partidos brasileiros bases eleitorais mais ou menos estáveis? Os eleitores flutuam seu voto em grau elevado e de maneira errática?

De modo geral, as respostas da literatura ressaltam que o Brasil apresenta elevados níveis de volatilidade eleitoral, revelando a fraqueza organizacional dos partidos, a ausência de uma cultura política partidária, debilidades na representação de clivagens, etc. Neste trabalho, busca-se uma visão alternativa. Para tanto, utilizo duas frentes de argumentação: uma teórica, por meio da mobilização de literaturas que possibilitam pensar o fenômeno da mudança de voto em outros patamares; e outra empírica, com a proposta e apresentação de novos objetos e testes empíricos.

A construção teórica, por sua vez, caminha também em duas abordagens: uma de caráter normativo, na qual procuro problematizar o significado e importância do fenômeno da mudança do voto para a competição democrática, e outra empiricamente orientada, onde levanto um conjunto de literatura sobre a relação partido-eleitor que coloca como elemento central da análise variáveis referentes à estratégias partidárias.

Assim, busco ressaltar que as visões tradicionais sobre a flutuação eleitoral, que chamarei adiante de “debate europeu”, estão assentadas nas teorias sociológicas e psico-sociológicas do comportamento eleitoral. De modo geral, para essas escolas, a volatilidade eleitoral está associada a desalinhamentos entre as clivagens sociais e os partidos políticos e/ou à ausência de laços psicológicos e identidades políticas das legendas para com o eleitorado.

A literatura alternativa que levanto, sobre “competição eleitoral”, “política distributiva”, bebe na escolha racional do comportamento eleitoral, e, logo, problematiza o eleitor flutuante em parâmetros diversos dos adotados pelas duas teorias citadas acima. Ainda que de caráter formal e assentada em outros debates, penso que a incorporação de algumas variáveis dessa literatura pode aprimorar as análises sobre a relação partido-eleitor no Brasil.

O uso que procuro fazer desses estudos é antes substantivo que técnico: trata-se de trazer novos aportes para se pensar o fenômeno da volatilidade dentro da motivação do debate clássico no qual esse conceito surge, qual seja, a institucionalização do sistema partidário, da representação eleitoral, etc.

De ponto de vista empírico, proponho que o principal objeto das análises para o caso brasileiro deveria ser os cargos majoritários para o executivo, e não os pleitos legislativos, como é usual na literatura. Os primeiros são privilegiados por partidos e eleitores e, portanto, são mais adequados a uma discussão que visa debater a importância dos partidos na direção de voto do eleitor.

O objeto consiste num estudo de caso dos resultados eleitorais para o estado de São Paulo, das eleições para cargos do Executivo, ou seja, presidente, governador e prefeito, nos anos de 1982 a 2008, com foco no período pós-94. A hipótese da pesquisa é que a volatilidade eleitoral, mensurada pelo índice de Pedersen, tradicional na literatura, é causada, em grande medida, por estratégias dos partidos políticos, ao decidirem pelo lançamento e retirada de candidaturas, não se devendo, necessariamente, à debilidades do sistema partidário ou ao comportamento e preferências instáveis do eleitor. Logicamente, existem mudanças de preferências, mas defendo que essas “respeitam” as bases sociais dos partidos: procurarei mostrar que as principais legendas apresentaram no período bases eleitorais identificáveis e constantes. A flutuação do voto também corresponde a um contexto de longo prazo da dinâmica do sistema partidário: primeiro a transição política nos anos 80, no qual o

bipartidarismo forçado do período militar cedeu lugar ao multipartidarismo legal, e, depois, na década de 90, a construção da bipolaridade da disputa do executivo nacional, que influencia, em maior ou menor grau, as demais disputas.

As considerações finais apontam para a necessidade de discutir mais detidamente os modelos analíticos e normativos mais adequados para avaliações sobre a estrutura e evolução do sistema partidário brasileiro.

O debate europeu

A temática da volatilidade eleitoral emerge e ganha força particularmente no cenário acadêmico europeu dos anos 70, ligando-se a questões que dizem respeito às relações entre partidos e classes sociais, tipo e natureza dos partidos, ideologia e representação. De modo geral, esse conceito empírico buscava relatar fenômenos de mudanças estruturais na esfera político-partidário dos países europeus, dialogando criticamente com um conjunto de argumentos prévios que balizavam parte da visão que se tinha sobre aqueles sistemas partidários.

O ponto de partida do debate é a visão formulada por Lipset e Rokkan, no final dos anos 60. Pautados por uma perspectiva da sociologia política, os autores estabeleceram a famosa tese do “congelamento do sistema partidário europeu”, tese esta que seria posta à prova e considerada datada por autores que utilizam o índice de volatilidade eleitoral.

Lipset e Rokkan realizam uma análise do conflito político europeu numa perspectiva macro-histórica, relacionando a emergência dos partidos e dos sistemas partidários a conflitos sociais de grande porte. Os partidos exerceriam, então, nas instituições políticas, papel de expressão das divisões que ocorrem na estrutura social. Essas divisões são conceituadas como *clivagens sociais*. A tese do “congelamento do sistema partidário” é fruto da constatação de que, a partir dos anos 20 do século passado, o quadro partidário dos diferentes países europeus assumira um formato que perduraria até o momento em que os autores escreviam (anos 60). Assim, poder-se-ia dizer que, segundo os autores, o cenário partidário europeu “encapsularia” os conflitos sociais fruto das diferentes clivagens de maneira estável. Em suma, Lipset e Rokkan estabelecem um marco analítico e teórico na temática dos partidos políticos e na sua relação com o eleitorado.

A partir de final dos 70, alguns analistas entendem que o quadro traçado por Lipset e Rokkan não é capaz de dar conta da dinâmica partidária européia. De um

lado, tem-se a mobilização de um novo modelo de partido preconizado por Kirchheimer no final dos anos 60 (note-se, mesma época do texto de Lipset e Rokkan). A tese deste autor é a de que os modelos de partidos burgueses de representação e os de massa, tal como nomeados por Duverger (1987), vinham perdendo força desde a II Guerra, e alguns fatores relacionados ao aplainamento das lutas políticas classistas forçariam os partidos a adotarem estratégias mais generalistas, frouxas, ou nas palavras do autor, *catch-all*.

É dentro desse quadro que surge a questão da volatilidade eleitoral. O ponto principal da discussão empírica diz respeito à instabilidade eleitoral: o argumento de Lipset e Rokkan levaria a pressupor que a flutuação de voto, a mudança da direção do voto entre um partido e outro feita pelo eleitor no tempo, seria pequena, visto a conexão forte entre partidos e clivagens.

Pedersen, num artigo publicado em 1979, é tido como o primeiro autor a estabelecer o índice de volatilidade eleitoral que seria utilizado pela literatura comparada para *o teste da hipótese de “congelamento” do sistema partidário ou, nos termos de outro arcabouço teórico, para verificação de seu grau de “institucionalização”*¹. A análise *cross-section*, com 13 países europeus, e *time-series*, de 1948 a 77, do índice de volatilidade mostra uma média crescente na flutuação eleitoral por década².

A partir de Pedersen erigiu-se um conjunto de literatura destinado a afirmar o declínio da força dos partidos europeus, uma disjunção entre o eleitorado e o sistema partidário e, logo, a perda de centralidade das clivagens sociais.

Quero chamar atenção para um aspecto da abordagem de Pedersen que considero relevante para a proposta do presente trabalho. Como também notou Peres (2005: 94), Pedersen “propôs-se a analisar a relação entre uma variável estática (formato do sistema) e uma variável dinâmica (variação agregada nas votações dos partidos)”. A primeira é constituída pelo número de partidos do sistema: calcado no

¹ A fórmula matemática do índice de Pedersen se encontra em seções seguintes do texto.

² É interessante notar que a volatilidade média do começo do período analisado, final dos 40 e começo dos 50, é de 7,8%, não distando muito da volatilidade média do final do período, nos anos 70, de 9,2%. Se a hipótese de Pedersen era de que a tese do “congelamento” de Lipset e Rokkan não era aplicável aos tempos recentes, seria de se esperar maior distância entre os índices.

modelo de Sartori (1982)³, Pedersen afirma que a variação da quantidade de partidos afeta a dinâmica do sistema, podendo alterar, portanto, o formato do mesmo. Peres sumariza (Idem): “o número de partidos em competição afetaria a dinâmica das votações, e como tal, a dinâmica sistêmica”. Uma das hipóteses que examinarei é que a variação na apresentação de candidaturas ajuda a entender a volatilidade eleitoral para cargos executivos no Brasil.

Uma das principais discussões que se seguiram na literatura diz respeito à validade do teste das teses de Lipset e Rokkan: seria a medida de volatilidade eleitoral, tal como proposta por Pedersen, útil para tal?

Aqui temos uma das principais contribuições para o debate sobre volatilidade. Trata-se do livro de Bartolini e Mair, *Identity, competition and electoral availability*, publicado em 1990. O objetivo principal dos autores é questionar a tese de que, a partir da segunda metade do século XX as clivagens na Europa perderam proeminência e que, conseqüentemente, a volatilidade eleitoral teria crescido.

Os autores defendem que o índice de volatilidade eleitoral, tal como formulado por Pedersen e utilizado, grosso modo, por quase toda literatura, não é adequado para testar a hipótese de Lipset e Rokkan. A crítica está na suposição de que mudanças nas votações dos partidos equivalem à mudança no peso das clivagens. Os autores argumentam que o texto de Lipset e Rokkan em nenhum momento afirma que o sistema de clivagens se traduz em partidos individuais competindo um com o outro.

Assim, a unidade empírica do índice de volatilidade eleitoral deveria ser, segundo Bartolini e Mair, partidos agrupados em blocos, blocos esses consistindo em clivagens importantes para a competição eleitoral. No caso em análise, eleições européias numa série temporal que cobre 100 anos (1885 a 1985), os autores escolheram a clivagem classista para agrupar os partidos. Em outras palavras, Bartolini e Mair apresentam o índice de volatilidade ideológica, tal como ficou conhecido pela literatura posteriormente, ou volatilidade inter-blocos.

³ Uma citação que o autor poderia utilizar, de Sartori (1982: 381), é uma crítica que este faz a Downs: “Downs pode ter razão ao afirmar que qualquer distribuição de eleitores em qualquer estrutura eleitoral permite um determinado número de partidos e apenas esse número. O problema é que esse argumento se aproxima da circularidade, pois a distribuição resulta, em grande parte, do número de partidos sendo, portanto, condicionada pelos próprios”.

As conclusões dos autores são que o “espectro da instabilidade”, a visão segundo a qual a volatilidade e o desalinhamento eleitoral seriam crescentes na Europa, não se verifica empiricamente. Antes, Bartolini e Mair afirmam que existe um forte “viés em direção à estabilidade” na dinâmica eleitoral europeia.

Essa constatação de Mair, conjuntamente com Bartolini, não o impede de defender, agora em co-autoria com Katz, que os partidos na contemporaneidade fogem tanto do modelo clássico de Duverger quanto do *catch-all* de Kirchheimer. Os autores o cunham de “partido cartel”, numa referência ao fenômeno econômico de articulação entre empresas concorrentes para benefício mútuo (Katz e Mair, 1995; 2009). Os partidos, na atualidade, se caracterizariam por um comportamento de “conluio”, garantindo benefícios próprios oriundos do Estado, mitigando o caráter de conflito e procurando elevar as barreiras de entrada.

Na literatura nacional, Kinzo (2004) afirma que o afastamento da sociedade civil promovido pelo partido cartel não ocorre sem problemas para a representação política. Neste trabalho, acredito que a dimensão da relação partido-eleitor é importante para o funcionamento do governo representativo, mas considero relevante o argumento da centralidade do Estado na conformação do sistema partidário. Minha tese é que os partidos brasileiros mantêm bases eleitorais mais ou menos estáveis, e que essas são influenciadas, mas não totalmente determinadas, pela posição que os partidos mantêm com o Executivo.

Um passo atrás para uma discussão da teoria democrática

Antes, de avançar a discussão, cabe uma breve discussão normativa sobre o tema deste trabalho.

A democracia política é o regime baseado, essencialmente, em eleições competitivas e periódicas para a escolha dos dirigentes políticos. Essa definição, de matriz *schumpeteriana*, acrescida à dimensão da *inclusão* de Dahl (1997), que diz respeito ao nível de abrangência dos direitos políticos na população, constitui o ponto de partida central da teoria democrática.

Mas, o que são “eleições competitivas”? O que significa dizer que a relação entre os diferentes partidos e os diferentes cidadãos, no momento eleitoral, é de característica competitiva? Essas questões são cruciais para um entendimento teórico – normativo e positivo – do objeto deste trabalho.

A base normativa dos estudos de volatilidade está ancorada na seguinte linha de raciocínio: uma democracia institucionalizada exige um nível elevado de estabilidade na direção do voto do eleitor. O foco está na estabilidade, deve-se frisar.

A discussão sobre teoria democrática de Bartolini (1999) pode nos ajudar a trazer outros elementos. Para o ponto que nos interessa neste trabalho, o autor coloca o dilema teórico crucial: a competição eleitoral democrática exige algum nível considerável de “disponibilidade” de eleitores e de abertura na “entrada” partidária. Vejamos.

Imagine-se um cenário onde exista completa estabilidade na direção partidária do voto. Todos os votantes se identificam com algum partido, e estes têm profundas raízes na sociedade. Em consequência, o resultado eleitoral sempre é conhecido de antemão. Pode-se dizer que tal situação perfaz um contexto democrático?

Acredito que nenhum analista responderia afirmativamente. Como afirma Bartolini (1999: 454), uma condição necessária para accountability e responsiveness dos eleitos para como os cidadãos é que “voters are willing to punish and reward; that is, they are available to modify their electoral choice”. A ausência de potencialidade de volatilidade, em outros termos, prejudica a competição democrática.

Ademais, o autor também endereça a importância da “contestability” e “decidability” da oferta partidária. O leque de opções de escolha do eleitorado não deve ser estritamente fechado (as barreiras à entrada não podem ser elevadas) e os partidos devem se diferenciar entre si, ou seja, elaborar plataformas políticas divergentes.

Trago esses elementos de caráter normativo para explicitar dimensões teóricas subjacentes ao debate de volatilidade. Mudanças na direção do voto e no quadro de competidores não são fenômenos alheios a uma democracia institucionalizada. Antes o contrário: fazem parte do seu cerne.

A hipótese empírica defendida aqui é que a magnitude do índice de volatilidade eleitoral do Estado de São Paulo, mesmo quando exibindo números elevados, expressa na verdade uma relativa estabilidade eleitoral. Esse quadro se mostra quando se observa que grande parte da volatilidade é causada por mudanças na oferta partidária, na “contestability”, na expressão de Bartolini. Estratégias eleitorais

dos partidos modificam o leque de opções do eleitor, perfazendo resultados eleitorais aparentemente instáveis, segundo minha hipótese.

O ponto a ser destacado é o de que a volatilidade eleitoral causada pela mudança nas ofertas de candidaturas, que defendo impactarem fortemente a volatilidade eleitoral, podem ser vistas como desejáveis para o funcionamento do sistema representativo.

Entretanto, a despeito dessas considerações, penso que a estrutura institucional brasileira não está isenta de acarretar dificuldades para a institucionalização partidária brasileira.

De todo modo, esses fatores incentivam a produção de novos estudos voltados para essa temática. Concordo com Nicolau (2010: 235) quando este afirma que “não podemos abandonar as boas questões que mobilizaram os pesquisadores ao longo destes anos (...). Afinal, o que podemos dizer sobre o processo de institucionalização dos partidos no Brasil?”. Este estudo pretende se inserir nesta questão maior, procurando trazer novos subsídios empíricos e teóricos. Por certo, conclusões e inferências que se podem fazer para os outros distritos brasileiros são desafios empíricos a ser realizados.

Teorias do Comportamento Eleitoral

O debate da volatilidade está assentado, em grande medida, em discussões no nível sistêmico dos partidos e dos eleitores. No entanto, muitos de seus aspectos fazem referência, por vezes implícita, ao comportamento individual dos votantes. O “debate europeu”, tal como expomos acima, está calcado nas visões sociológicas e psico-sociológicas do comportamento eleitoral. Abaixo segue uma pequena apresentação dos principais conceitos dessas escolas bem como a visão que suas obras clássicas expõem sobre o eleitor flutuante.

Sociologia Eleitoral - De acordo com Figueiredo (1991: 43) a suposição da teoria sociológica está na afirmação de que “não são os indivíduos e sim os coletivos sociais que imprimem dinâmica à política; e o que precisa ser explicado são os resultados agregados de ações coletivas”. O comportamento político teria então como causa primordial variáveis sociais, contextuais, macro: classe social, religião, lugar de residência, gênero, etc. são a unidade de explicação.

Dos primeiros trabalhos da teoria sociológica do voto destaca-se *The People's Choice*, escrito por Lazarsfeld, Berselson e Gaudet. A obra busca compreender o comportamento político por meio da formação de opiniões.

A tese encampada por Lazarsfeld e outros é de que predisposições sociais dos indivíduos já direcionam suas preferências políticas, previamente às questões da campanha vigente. Isso ocorre mesmo sem consciência dos eleitores, que muitas vezes afirmam nos primeiros períodos da campanha que não decidem de antemão qual partido sufragar. Assim, os autores acreditam que “a person thinks, politically, as he is, socially. Social characteristics determines political preference” (Lazarsfeld et al, 1948: 27).

Assim, a caracterização que os autores fazem do eleitor volátil é de tom crítico e negativo: “the notion that the people who switch parties during the campaign are mainly the reasoned, thoughtful, conscientious people who were convinced by the issues of the election is just plain wrong” (Lazarsfeld et al, 1948: 63). As pessoas que decidem seu voto à última hora, ou que mudam a direção do mesmo, ou que apresentam pouco interesse pelas eleições e por isso não comparecem às urnas agem assim porque não apresentam vínculos fortes com comunidades sociais. São marginalizados socialmente, pode-se dizer. Os eleitores constantes, ao contrário, “were reported to be more self-assured, better informed, more cooperative, and broader in their interest” (Lazarsfeld, 1948: 70).

Outro conjunto de literatura, em parte de inspiração marxista, foca mais fortemente na importância eleitoral da clivagem de classe (cf. Lipset, 1975). Assim, essa abordagem ressalta a correlação existente entre estratificação sócio-econômica e apoio a diferentes ideologias políticas. Novamente aqui cabe ser lembrado a associação entre essa teoria do comportamento eleitoral e as abordagens da área da volatilidade eleitoral: nesta, é constantemente afirmado que a clivagem política mais importante é a classista (cf. Bartolini e Mair, 1990).

As discussões teóricas da sociologia eleitoral motivam dois testes empíricos, a serem realizados na parte empírica deste trabalho. Primeiro, verificaremos se mudanças na direção partidária do voto estão associadas a níveis sociais dos indivíduos. Segundo, analisaremos se os partidos se diferenciam na sua base social de apoio, e se essa diferenciação se coaduna com as divisões ideológicas atribuídas aos

partidos. Ou seja, se agremiações mais à esquerda estão assentadas nos mais pobres, em comparação relativa com as legendas mais à direita.

Psico-sociologia eleitoral - A corrente psico-sociológica do comportamento eleitoral, também chamada escola de Michigan ressalta a importância do indivíduo e, especificamente, sua apreensão, compreensão e avaliação do mundo político. Uma obra marca seu período inicial, nos anos 60: *The American Voter*, escrito por Campbell, Converse, Miller, e Stokes. Os autores afirmam que os macro-fatores como classe social, religião, raça e as variáveis institucionais, como sistema partidário e sistema eleitoral, influenciariam indiretamente a decisão do voto. Todos passam por uma espécie de filtro cognitivo do indivíduo, onde na ponta se encontra o sistema de crenças de cada eleitor.

O conceito-chave que sintetiza as influências psicológicas sobre a política é a Identificação Partidária (IP). A inscrição da IP nos indivíduos, por meio do processo de socialização, consiste numa adesão atitudinal aos partidos políticos: “Generally, this tie is a psychological identification, which can persist without legal recognition or evidence of formal membership” (Campbell et alii, 1980: 121). A funcionalidade do sistema democrático moderno residiria então não no indivíduo racionalmente engajado na política, mas na criação de vínculos de identidade entre partidos e cidadãos. Mais do que isso, a IP configura ainda “an important factor in assuring the stability of the party system” (Idem: Ibidem). Esse fator de estabilidade do sistema partidário é fruto da estabilidade mesma da IP. A orientação recebida no período de socialização implica que a ligação psicológica entre indivíduos e partidos assuma “great stability between elections” (Idem: 121). Um sistema político consolidado, que perfaz uma situação na qual a maioria de seus cidadãos possua IP, resultaria em pequena flutuação no resultado eleitoral de eleição para eleição.

Falando mais detidamente do eleitor volátil, a caracterização que a escola de Michigan faz deste tipo de comportamento é pejorativa, crítica. Lima (1996: 22) observa que “uma das origens (...) [do] conceito negativo da volatilidade está nos estudos desenvolvidos nas décadas de 50 e 60 pelos pesquisadores da Universidade de Michigan (...). A volatilidade foi associada aos eleitores periféricos”. Quando falam do eleitor que se diz independente, e que também é o que mais muda seu voto, Campbell et alii (1980: 143) afirmam que “the ideal of the Independent citizen, attentive to politics, (...) who weighs the rival appeals of a campaign and reaches a

judgment that is unswayed by partisan prejudice” não é encontrado em suas pesquisas. Antes, “they have somewhat poorer knowledge of the issues, their image of the candidates is fainter”.

Empiricamente, como afirma Figueiredo (1991: 39) “é a variável educação que comanda a relação entre classe e identidade partidária devido a sua importância na formação dos níveis de conceituação da política”. O nível educacional, diretamente ligado com a capacidade cognitiva, é o fator mais importante a explicar o desenvolvimento de IP. Portanto, os indivíduos de *menor* educação tendem, de acordo com essa teoria, a apresentar *menor* IP e *maior* volatilidade eleitoral. Do ponto de vista do governo democrático, a existência de muitos eleitores voláteis e de pouca ou sem IP (os dois termos são praticamente sinônimos) é visto como uma dificuldade para seu bom funcionamento.

Nas visões mais correntes na literatura nacional inspirada por essa perspectiva, estabelece-se que os resultados eleitorais brasileiros seriam altamente imprevisíveis, pois os níveis de IP baixaram desde o fim da ditadura e os níveis educacionais apresentaram pouca melhora, dificultando elevação no nível de sofisticação política e aumentando, portanto, a volatilidade eleitoral.

Assim, se completa um sumário quadro teórico que visa à compreensão do modelo tradicional de estudos sobre a volatilidade. Os estudos sobre o Brasil, e a América Latina de modo geral, partem desse arcabouço, incorporados a alguns supostos advindos da teoria de desenvolvimento político.

A principal referência aqui é Huntington (1975). Segundo o autor, “a institucionalização é o processo através do qual as organizações e os processos adquirem valor e estabilidade” (1975: 24). Do ponto de vista do sistema político, institucionalizados são aqueles que desenvolvem e atualizam suas estruturas analogamente à modernização sócio-econômica, de modo que seja a eles possível responder às pressões e demandas sociais. A tensão subjacente é a de que as etapas iniciais da modernização e o desenvolvimento econômico e social quebrariam os laços primários de pertencimento e identidade dos indivíduos, sem que estes sejam substituídos imediatamente por outros, causando, no âmbito político, comportamentos imprevisíveis, desordenados e radicalizados. Logo, aqui eleitor volátil é igualado a eleitor com tendência à radicalização.

Numa perspectiva histórica e comparada, as teses de Huntington levantam cautela para os processos de redemocratização e de ampliação dos direitos políticos: as instituições presentes podem não suportar as demandas e preferências dos ingressantes. Estes, por seu turno, notadamente são os indivíduos mais pobres e com menor escolaridade.

Balizamentos advindos dessas considerações informaram parte do debate de política comparada sobre a América Latina e o Brasil. Um texto clássico é Mainwaring e Scully (1994), que utiliza o índice de volatilidade como medida empírica central para avaliações sobre o grau de institucionalização do sistema partidário latino-americano. Os autores assinalam os perigos de se ter um sistema partidário pouco institucionalizado: propensão ao populismo e ao “pretorianismo” (um conceito de Huntington), déficit de accountability, legitimidade e governabilidade. Os diagnósticos dos autores ressaltam a altíssima flutuação do voto no Brasil, indicando a fragilidade dos partidos e de seus vínculos com os eleitores.

Além dessa literatura comparada, Limongi (2000, 2002) defende que o paradigma do desenvolvimento político balizou em grande medida a literatura nacional voltada para as discussões sobre partidos, eleitores e democratização. O fenômeno da volatilidade, no início da transição, pertencia a uma agenda de pesquisa mais ampla sobre a adequação entre as preferências da massa de eleitores, o multipartidarismo e as demais instituições políticas brasileiras.

Busca de uma alternativa

Busco apresentar nesta seção uma perspectiva alternativa a esse arcabouço teórico padrão sobre volatilidade eleitoral. Por certo, não proponho a rejeição total de seus supostos empíricos e/normativos. Trata-se antes de trazer outros elementos analíticos, que, em conjugação com alguns pontos dos modelos acima apresentados, podem trazer interessantes avaliações sobre a flutuação eleitoral no Brasil.

Chamarei a literatura que levanto agora de “debate americano”, por se inserir em discussões teóricas e metodológicas mais fortemente vinculadas à academia estadunidense que europeia, a saber: a ênfase na teoria da escolha racional e nos modelos formais.

O objetivo aqui será triplo: apresentar sumariamente a visão da escolha racional sobre comportamento eleitoral; assinalar alguns dos conceitos da literatura

sobre competição eleitoral, do “debate americano”; e defender o diálogo entre as perspectivas do “modelo europeu” e do “modelo americano”.

A escolha racional e o comportamento eleitoral- Modelos de comportamento político baseados escolha racional se diferenciam dos anteriores por ressaltarem o caráter instrumental da competição eleitoral. Aqui, as preferências dos eleitores não são formatadas numa esfera psicológica, herdada de um esfera pré-política, como no modelo Michigan, ou constrangidas pelo o grupo social, como na teoria sociológica. Antes, a escola da escolha racional afirma que eleitores votam de acordo com seus interesses pessoais, seja julgando o desempenho passado do governo (voto retrospectivo), seja apostando na sua performance futura (voto prospectivo).

A identificação partidária é vista pela teoria como um atalho de informação usado pelo eleitor racional. Após uma série temporal de eleições vivenciadas, de informações apreendidas, o eleitor começa a perceber que alguns partidos estão sistematicamente mais próximos de sua preferência do que outros. Logo, poupa-se de maiores esforços futuros e passa a “confiar” no partido escolhido.

Assim, pode-se dizer que um contexto político no qual os partidos mantêm suas plataformas mais ou menos estáveis durante longo período de tempo, a volatilidade eleitoral seria pequena, visto que os eleitores não teriam incentivos para mudar sua identificação e preferência partidária já racionalmente formatada. À diferença do modelo da psico-sociologia, no entanto, aqui a ligação estável entre partidos e eleitores não se estrutura a revelia do comportamento político dos partidos.

Uma das vertentes da escolha racional apresenta visão diversa sobre a motivação da manutenção ou mudança da direção do voto. O conhecido modelo do voto econômico considera que uma variável chave para determinar a direção do voto é o desempenho econômico do governo. A relação entre partidos e eleitores é, dentro dessa perspectiva, tênue: os segundos pouco utilizariam dos atalhos fornecidos pelas imagens dos primeiros, antes decidiriam seu voto com base no seu “bolso”, ou no “bolso” de todos. Assim, não existe indicações *a priori*, para essa teoria, de que a volatilidade deveria ser alta ou baixa, até porque, mesmo uma situação na qual o governo é bem avaliado, o crescimento na votação do partido em exercício impacta na volatilidade da mesma forma que a punição eleitoral de um governo de péssimo desempenho econômico.

Mantendo-se coerente com a linha de argumentação do paradigma, o fenômeno da volatilidade eleitoral é visto menos como ausência de alguma qualidade por parte do eleitor que de uma mudança de curso estimulada por cálculos racionais. Como a IP não é fruto de imposições psicológicas nem de grupos sociais, mas sim de cálculos racionais de informação, o eleitor não se mantém fiel a partidos a menos que suas preferências sobre políticas públicas sejam, ao menos parcialmente, atendidas.

Logo, a escolha racional ressalta dois mecanismos diferentes para explicar a manutenção/mudança do voto: de um lado, o modelo espacial clássico derivado de Downs (1999) implica, no longo prazo, certa estabilidade eleitoral, dado a distribuição mais ou menos constante dos partidos e eleitores num contínuo ideológico; de outro lado, no modelo econômico, a estabilidade é fruto da avaliação que o eleitor faz do desempenho e dos atos do governo, principalmente de seus impactos econômicos.

O debate americano sobre competição eleitoral

A visão da escolha racional sobre o comportamento eleitoral influenciou a produção de estudos que tocam na questão da volatilidade ou do eleitor flutuante em registro teórico diverso do debate tradicional apresentado no capítulo anterior. Trata-se da literatura sobre competição eleitoral, política distributiva, uma discussão eminentemente norte-americana, na qual o comportamento do eleitor é tematizado como sendo swing (volátil) ou core (partidário), e a discussão gira em torno das estratégias de ligação entre partidos e cidadãos.

O ponto importante a ser ressaltado é a agência dos partidos na conformação das preferências do eleitor. Cox (2005) estabeleceu três tipos de ações estratégicas empreendidas pelos atores no momento eleitoral: coordenação, mobilização e persuasão. Nos debates internos dessa literatura, o autor ressalta a primeira estratégia, de coordenação da oferta partidária, como sendo chave para o entendimento da competição eleitoral. A coordenação diz respeito à decisão de entrada e de coligação dos partidos. Em outras palavras, à conformação do quadro partidário ofertado ao eleitor. O ponto consiste em assinalar os dilemas envolvidos nas decisões a serem tomadas pelos partidos: possibilidade de divisão de eleitorado ideologicamente semelhante, importância atribuída ao longo-prazo, etc.

O interessante de uma proposta desse tipo, para a presente discussão, é introduzir um caráter estratégico para o momento eleitoral. Mesmo considerando que existem elementos ideológicos presentes, seja pelo conceito de clivagens (como na literatura clássica de volatilidade) seja por posições espaciais (como na literatura de inspiração downseana), a disputa eleitoral abarca comportamentos estratégicos dos eleitores e dos partidos. Mais especificamente, é moldada pelas decisões de entrada dos partidos.

Com isso podemos trazer outros subsídios para se pensar a volatilidade eleitoral e o debate sobre o tema no Brasil. As discussões sobre a institucionalização do quadro partidário, sobre a força das legendas no momento eleitoral e sobre os laços entre cidadãos e partidos podem ganhar novos patamares ao incorporar elementos do registro teórico que estamos aqui discutindo. Uma das questões pode ser: qual deve ser o objeto empírico do estudo sobre volatilidade: as eleições para o legislativo ou para o executivo? Qual o papel do lançamento de candidaturas para se compreender a volatilidade?

Pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos adotados

A discussão da volatilidade e da flutuação eleitoral, como vimos, utiliza empiricamente o indicador formulado por Pedersen. Sua fórmula é:

$$VT = \Sigma |(Pit2 - Pit1)|/2,$$

Onde VT: Volatilidade total; Pit2: porcentagem de votos do partido i em t2 e Pit1: porcentagem de votos do partido i no t1. O algoritmo consiste na mudança líquida da força eleitoral dos partidos em dois pontos do tempo. É líquida porque duas mudanças em sentidos opostos, por exemplo, de um eleitor do partido A para o B, e de outro, do B para o A, se cancelam. Logo, segue que o resultado do índice de volatilidade é o limite mínimo das mudanças das preferências partidárias expressas em dois momentos no tempo. Outro problema presente no índice é que, em geral, o cálculo não leva em consideração a variação do comparecimento eleitoral.

Essas propriedades metodológicas do índice de volatilidade foram notadas pela literatura. Todas estão relacionadas com a questão da inferência e da falácia ecológica. Trata-se de fazer considerações sobre o comportamento individual a partir de dados agregados. Existe considerável debate conceitual e metodológico sobre em que medida a agregação dos dados consiste realmente num problema e/ou como minimizar

ou contornar seus efeitos. De todo modo, o olhar sobre o índice de volatilidade bem como sobre qualquer tipo de dado, depende do debate teórico que se deseja realizar. Estudos que se voltam para as discussões sobre volatilidade e institucionalização do sistema partidário, no Brasil como alhures, devem respeitar os diversos níveis e dimensões de análise que a medida comporta. Assim, avaliações sobre o comportamento de eleitores, sejam tomados individualmente, sejam agrupados, por meio de clivagens, e sobre a força dos partidos, sejam unitariamente, sejam ajuntados em blocos ideológicos ou em outras divisões, são realizadas sem muitas vezes as devidas pormenorizações. A alta volatilidade do caso brasileiro, por exemplo, como defendida por grande parte da literatura, significa que nosso sistema partidário é incipiente e fluído? Ou que os eleitores não apresentam laços ou compromissos com partidos individuais? Qual é o papel das clivagens nessa ligação entre o micro e o macro? E das estratégias eleitorais dos partidos?

Defendo neste trabalho uma perspectiva de conjugação das abordagens tradicionais de volatilidade eleitoral, de matriz europeia, com alguns conceitos e raciocínios da literatura que chamei “americana”. De fato, em ambos os debates as referências às preocupações do “outro lado” estão presentes. Cox, por exemplo, ao discutir as estratégias ótimas dos partidos para maximizar votos, - focar-se nos seus eleitores partidários ou nos eleitores flutuantes, afirma que esse problema é importante também porque toca na questão da representação política: como se forma o link entre partidos e eleitores e a quem os partidos buscam representar? (Cox, 2010: 343). Lane e Ersson (1997) e Bartolini e Mair (1990), assentados na tradição europeia, afirmam a necessidade de se considerar os aspectos instrumentais envolvidos na dinâmica eleitoral, e não apenas dimensões expressivas. Esses são apenas exemplos de que como, a despeito de estarem assentadas em arcabouços e pressupostos teóricos dessemelhantes, as duas perspectivas, creio, são passíveis de comunicação recíproca.

Um exemplo notável dessa empreita é Przeworski (1985), que conjuga arcabouços da sociologia e da questão das clivagens sociais com elementos racionais e estratégicos. Ao discutir os diferentes pesos que classe social assume na determinação do comportamento eleitoral, em diferentes contextos europeus, o autor defende a tese de que as clivagens e as linhas divisórias da competição eleitoral são ditadas pela ação dos partidos políticos. Assim, o autor contribui para se pensar questões de

representação e de classes sociais com comportamentos estratégico dos partidos e de suas elites.

Unidade de análise

Os estudos de política comparada com frequência afirmam que o Brasil apresenta um dos sistemas eleitorais mais desfavoráveis à construção de imagens partidárias estáveis e coesas, ao voto partidário, em suma, ao fortalecimento dos partidos. (cf., dentre outros, o clássico Carey e Shugart, 1995). Essas assertivas são feitas tendo em vista a regra eleitoral para os cargos legislativos: a representação proporcional de lista aberta, com média-alta magnitude.

As análises sobre a volatilidade eleitoral também se pautam quase que exclusivamente em análises das disputas legislativas. Por certo, existem motivos para tal, talvez o mais importante seja a apropriação do debate tal como ele surge na literatura europeia, que, de fato, utiliza as eleições legislativas como unidade de análise.

No entanto, o caso brasileiro foge a esse modelo. Neste trabalho, defendo que as análises sobre o quadro partidário-eleitoral brasileiro devem se pautar na centralidade da disputa para os cargos majoritários. A estrutura de incentivos gerada pelas instituições políticas brasileiras confere prioridade às disputas para o Executivo, tanto aos partidos e candidatos, quanto aos eleitores.

Logo, se a intenção é verificar em que medida os partidos políticos estão institucionalizados, em que grau existe um alinhamento com o eleitorado, etc., pode-se afirmar que o objeto analítico privilegiado deve ser os cargos mais importantes.

Não se trata de desconsiderar a importância política e analítica das disputas legislativas. O ponto que quero levantar é: a preocupação teórica central que está por trás do debate da volatilidade eleitoral, qual seja, relação partido-eleitor, representação política, institucionalização partidária e democrática, encontra, no Brasil, uma aplicação empírica mais acurada nas disputas para executivo. Pesquisas futuras podem aclarar a relação entre as disputas executivas e legislativas, e em que medida os líderes partidários não tem capacidade efetiva de coordenar a competição na arena proporcional.

A hipótese que procurarei defender nesse trabalho é o de que a volatilidade eleitoral no Estado de São Paulo não revela um quadro instável e caótico, no qual os

partidos pouco importariam para a decisão do eleitor. Antes, procurarei ressaltar que a dinâmica partidário-eleitoral no longo e no curto prazo revela razoável estabilidade. No longo prazo, a flutuação eleitoral deve ser compreendida como inserida em três contextos diferentes: a redemocratização dos anos 80; a remodelagem do quadro partidário provocada pela vitória e decadência do governo Collor; e a bipolaridade nacional construída nos anos 90 e 2000 entre PT e PSDB.

Os fatores de curto prazo dizem respeito às decisões de entrada dos partidos em cada pleito específico. Essas decisões são estratégias partidárias condicionadas por diversos fatores: a probabilidade de chance de vitória, a intenção de não ajudar a eleger adversários ideológicos, a busca de formação de uma imagem política de longo prazo, a busca por maximizar votos em outros pleitos (concomitantes ou próximos), etc. O ponto a ser ressaltado é o de que os eleitores têm seu comportamento restrito pela oferta de candidaturas, que formata o espaço político da competição.

A estratégia metodológica adotada aqui será a separação analítica do índice de volatilidade em duas partes: a flutuação induzida ou necessária pela alteração do lançamento de candidaturas e a flutuação das preferências propriamente dita.

Para tanto, analisaremos como seria o índice de volatilidade se os partidos fossem constantes na entrada do jogo eleitoral. Trata-se, portanto, de uma abordagem contrafactual.

Uma análise contrafactual permite aprimorar as teorias explicativas. Trata-se de fazer inferências sobre uma relação de causa-efeito por meio de cenários hipotéticos (Fearon, 1991; Tetlock e Belkin, 1996). No caso ora em tela, a contrafactualidade é utilizada como forma de mensurar a volatilidade “descontando” as variações das candidaturas apresentadas pelos partidos. Trata-se, portanto, de uso de uma forma simples da metodologia contrafactual.

Powell e Tucker (2009) dividem o índice de volatilidade de Pedersen em duas medidas: uma que abarca os partidos constantes e outra que diz respeito a legendas que participam apenas de um dos dois pleitos utilizados no cálculo do índice⁴. Utilizarei aqui a volatilidade dos partidos “flutuantes” para averiguar o quanto o índice de Pedersen calculado para os casos analisados se deve à entrada e saída de legendas. O procedimento matemático é o seguinte: $VF = (Pv + Pn)/2$,

⁴ Interpretação substantiva que proponho dos índices é, no entanto, diferente da dos autores.

Onde, VF= Volatilidade dos partidos “flutuantes”; Pv= proporção de votos dos partidos “velhos”, ou seja, que participaram apenas da eleição do tempo 1, Pn= proporção de votos dos partidos “novos”, ou seja, que participaram apenas da eleição do tempo 2.

Assim, o cenário da volatilidade contrafactual é formado por:

$$VC = VT - VF,$$

Onde VC = Volatilidade contrafactual; VT= Volatilidade Total (de Pedersen); VF = Volatilidade dos partidos “flutuantes”. Esse seria o índice de volatilidade se os partidos fossem constantes na entrada, em cada par de eleições.

O “índice de volatilidade contrafactual” é útil para mostrar o quanto do nível de instabilidade eleitoral é fruto necessário das estratégias de entrada dos partidos, supondo-se que os eleitores se mantenham constantes.

Proponho neste trabalho que partidos e eleitores podem ser elencado em um contínuo ideológico unidimensional, e que esta dimensão é importante para a compreensão dos resultados eleitorais. Sigo a discussão e reelaboração efetuada por Sartori (1982) do modelo de Downs (1999), e defende que a dinâmica e a estrutura da competição eleitoral leva a um alinhamento unidimensional dos partidos. Os partidos, ao elaborarem distinções mútuas, com base em suas imagens e posições de políticas, conformam o espaço da competição política: “a competição [eleitoral] pressupõe um terreno comum no qual dois partidos (pelo menos) falam aos mesmos eleitores” (Sartori, 1982: 371).

Ao contrário de Sartori (1982), no entanto, que defende que as noções de esquerda e direita são rótulos razoavelmente vazios, mantenho um dos aspectos substantivos da noção de ideologia: a correlação dos votos dos partidos de diferentes espectros com a posição sócio-econômica dos eleitores. Em outras palavras, mantenho a expectativa teórica de que partidos de esquerda devem receber mais votos de eleitores mais pobres, enquanto que os localizados à direita obtenham maior apoio dos mais abastados.

Essa abordagem é tradicional na sociologia eleitoral e na noção de clivagem social da literatura sobre volatilidade. No longo prazo, a clivagem apontada por grande parte da literatura como a mais importante é a classista: as diferentes posições sócio-econômicas de eleitores e partidos modelariam seu comportamento político.

Como ressalta Kitschelt (2000: 846), no entanto, este padrão teórico de associação entre posição social e localização ideológica é similar também no modelo espacial, ancorado na teoria da escolha racional. As preferências representadas nesse modelo estariam ligadas ao conflito esquerda-direita, e o posicionamento dos eleitores é fruto de seus interesses dados exogenamente ao modelo. O exógeno, no caso, é quase sempre a posição na divisão econômica da sociedade.

Assim, a despeito das suas diferenças, a literatura sobre clivagens sociais e volatilidade, e as teorias sociológicas e racionais do comportamento eleitoral levam a prescrições teóricas semelhantes: eleitores e partidos se relacionam intermediados por sua posição na estratificação social.

Estrutura dos dados

Neste trabalho, utilizo dois tipos de dados: o percentual de votos e o nível de educação do eleitorado. Ambos foram fornecidos pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) ao subprojeto “Política e Comportamento Eleitoral”, abarcado no projeto do CEM (Centro de Estudos da Metrópole), sediado no Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). A variável educação é chave em diversas perspectivas discutidas ao longo deste trabalho, e será utilizada como forma de verificar associações entre nível social e flutuação do voto e como forma de caracterizar as bases sociais dos partidos.

Os votos são trabalhados em três níveis de agregação: o estado de São Paulo, a cidade de São Paulo (no caso das eleições para prefeito) e as seções eleitorais (urnas). Devido à disponibilidade dos dados, o último nível é possível apenas a partir de 94.

A identificação das urnas no tempo é possível por meio de um código de identificação. Assim, pode-se trabalhar com as informações referentes a esse nível de agregação em qualquer dos pleitos contemplados dessa pesquisa, desde que a mesma não seja excluída pelo TSE.

O nível de educação foi obtido pelas informações constantes no Cadastro Eleitoral. Trata-se de um banco de dados organizado pelo TSE com informações sobre o eleitorado, tais como o nível educacional, a data de nascimento, o sexo, entre outras,

fornecidas pelo cidadão no momento do alistamento eleitoral ou de transferência de seu local de votação⁵. O banco aqui utilizado foi atualizado no início de 2009.

O procedimento adotado nesta pesquisa consistiu na soma do valor de escolaridade de todos os eleitores em cada urna e posterior divisão dessa soma pelo total de eleitores aptos a votar. Assim, tem-se a escolaridade média de cada seção.

Alguns esclarecimentos quanto aos dados utilizados nessa pesquisa. Em primeiro lugar, o Banco do Cadastro de Eleitores é do ano do início de 2009, e portanto, diz respeito à inscrição e distribuição dos eleitores tais como se encontravam naquele momento. Logo, devo assumir que a educação média das urnas manteve-se mais ou menos constante de 94 a 08. O segundo diz respeito à perda de seções e, logo, de votos, quando se junta informações, tais como votos e educação, devido à extinção e criação de urnas no passar dos anos⁶. Por fim, tem-se o problema da falácia ecológica, no sentido de que uma urna com alta educação, por exemplo, não implica que todos seus eleitores tenham essa característica.

As unidades do índice de Pedersen aqui utilizadas são as votações dos partidos individuais, desconsiderando votos brancos e nulos. As referências aos blocos ideológicos serão feitas na análise do contexto de cada disputa, e não na configuração formal do índice de volatilidade, como proposto por Bartolini e Mair (1990). A intenção deste trabalho é averiguar o que a volatilidade está revelando: se um eleitorado inconstante, volúvel e idiossincrático, e, como contrapartida, um sistema partidário fluído e não enraizado; ou se antes, efeitos de estratégias eleitorais de partidos, que atuam sobre um eleitorado razoavelmente constante do ponto de vista ideológico.

A unidade de análise escolhida são as disputas para os de governador no Estado de São Paulo, de prefeito da capital e os resultados do pleito presidencial no Estado. O recorte temporal vai de 1982 a 2008, cobrindo o período da redemocratização até o último pleito municipal realizado. No entanto, por razões da disponibilidade de dados desagregados por urna, a análise se concentrará no período

⁵O cadastro atribui os seguintes valores a cada nível de escolaridade: 0- Não informado, 1- Analfabeto, 2- Lê e escreve, 3- Fundamental Incompleto, 4- Fundamental completo, 5- Ensino Médio incompleto, 6- Ensino Médio completo, 7- Ensino Superior incompleto, 8- Ensino Superior completo.

⁶O percentual de votos mantidos, em cada par de eleição, por educação, foi de cerca de 90% em média.

pós 1994. Cabe notar que este recorte “técnico” coincide com uma importante questão substantiva deste trabalho: o sistema partidário brasileiro toma, a partir das eleições presidenciais de 94, um novo, e até agora estável, formato: a polaridade PT-PSDB, que estrutura a dinâmica partidário-eleitoral brasileira.

Caso escolhido

O cenário eleitoral paulista ao mesmo tempo reflete e influencia o quadro nacional. Reflete porque reproduz, não sem especificidades importantes que serão discutidas, a configuração partidário-eleitoral federal. Influencia pelo seu peso histórico, econômico e pelo tamanho do seu eleitorado. Ademais, é nele que se formaram as duas principais agremiações partidárias que estruturam a competição para o executivo nacional: o PT e o PSDB.

No que diz respeito à estrutura do sistema partidário-eleitoral no período aqui estudado, além da presença forte de ambos os partidos, outro fator a ser destacado é que uma força representante da direita (o PP) constantemente disputou os cargos de governador e prefeito da capital, abrindo duas possibilidades de pesquisa: (1) verificar se esses três partidos têm bases eleitorais distintas e condizentes com sua posição no espectro ideológico, e (2) verificar como se deu a perda de força do PP e a construção da polaridade PT-PSDB no Estado de São Paulo, no que diz respeito à volatilidade por diferentes níveis de escolaridade.

Assim, este trabalho constitui o que Gerring (2004: 342) define como estudo de caso: “an intensive study of a single unit for the purpose of understanding a larger class of (similar) units”. Dessa forma, a hipótese e a metodologia são aqui aplicadas para o Estado de São Paulo e suas cidades, mas têm a pretensão de serem testadas e aprimoradas em outras unidades da federação, de modo à melhor compreender as características da competição partidário-eleitoral no Brasil.

Eleições presidenciais 1989-2006

As eleições presidenciais brasileiras assumiram dois formatos diferentes no período atual da Nova República: o primeiro vigorou, na verdade, em uma única eleição, na primeira, de 1989; e o segundo ditou a competição eleitoral no período seguinte, de 1994 a 2006. A partir de 1994, as eleições presidenciais brasileiras são caracterizadas pela proeminência de PT e PSDB, seguidos por terceiras forças variáveis. Defendo que essa hegemonia é fruto de duas ordens de fatores: ambos os

partidos foram capazes de impedir o estabelecimento de outros com ambições e fôlego de longo prazo, e, em cada eleição, lograram manter parcela de seu eleitorado constante. Deve-se ter em mente que este quadro mais amplo é crucial para o entendimento da volatilidade eleitoral nestes pleitos.

Abaixo se encontra a tabela com os índices de volatilidade eleitoral de Pedersen para as eleições presidenciais no Estado de São Paulo:

Tabela 1 - Volatilidade eleitoral Pedersen - Presidente - Nível do Estado de São Paulo - %

1989-1994	1994-1998	1998-2002	2002-2006	Média
55	14,7	35	34,7	34,8

Fonte: Banco de dados Eleitorais CEM/CEBRAP

Dois pontos chamam atenção: (1) o elevado patamar da flutuação entre 89-94, que faz sentido tendo em vista a reorganização do quadro partidário que ocorreu entre esse período; (2) mas também os não baixos índices nos dois últimos pares, que parecem não corroborar o argumento da estabilidade da bipolaridade da eleição presidencial.

Vamos agora distinguir o quanto da volatilidade se deve à mudança de preferências do eleitor e quanto ela é condicionada pela alteração da oferta partidária. Evidentemente, os dois fenômenos estão relacionados, posto que a oferta de candidaturas depende das expectativas dos partidos quanto ao comportamento dos eleitores, mas essa separação analítica pode trazer ganhos interessantes.

As “entradas” e “saídas” de partidos grandes e médios entre 89 e 06 não foi pequena. Dessa forma, o eleitor teve a possibilidade de não se restringir à bipolaridade PT-PSDB, ao mesmo tempo, no entanto, foi impossibilitado muitas vezes de manter sua preferência partidária em dois pontos do tempo seguidos.

Assim, pode-se retirar, do índice de volatilidade apresentado acima, os votos dos partidos que “flutuaram” em cada par de eleições. Trata-se do índice de volatilidade contrafactual, tal como apresentado em seção anterior. Os apoiadores desses partidos entram necessariamente no índice de volatilidade, mas por fatores que escapam de sua discricionariedade: não puderam repetir sua preferência partidária em dois pontos do tempo por decisão partidária de entrada/retirada de candidatura.

Abaixo se encontram os índices de volatilidade contrafactual, compostos pela mudança de voto *apenas dos partidos que apresentaram plataformas nas duas eleições de cada par*. Estão excluídos, então, os votos dos eleitores que alteraram sua preferência “forçosamente” pelas decisões de entrada dos partidos.

Tabela 2 - Cenário Contrafactual -Volatilidade eleitoral -
Presidente - Nível do Estado de São Paulo - %

1989-1994	1994-1998	1998-2002	2002-2006	Média
51	6,3	26,1	17,5	25,6

Fonte: Banco de dados Eleitorais CEM/CEBRAP

A análise deve seguir a comparação com os resultados da **tabela 1**: naquela estão os índices formados a partir dos votos em todos os partidos. Nessa, apenas dos partidos constantes. A diferença entre as duas mostra os eleitores que alteraram seu voto em função da mudança na oferta partidária.

A observação do valor médio dos quatro pares considerados em ambas as tabelas mostra que o cenário contrafactual reduz em cerca de 26% o índice de volatilidade. Considerando as médias da volatilidade de Pedersen e da volatilidade contrafactual sem o primeiro par, 89-94, tem-se que a primeira fica em torno de 28,1%, enquanto a segunda alcança 16,6%. Logo, a flutuação eleitoral necessariamente condicionada pela mudança da oferta partidária atinge 40% do índice total entre os pares 94-98, 98-02 e 02-06, nos resultados paulistas das eleições presidenciais brasileiras.

De fato ocorreram mudanças eleitorais tanto entre 1998 e 2002 quanto entre 2002 e 2006. No entanto, elas foram de caráter diferente: a primeira foi de maior impacto, e ocorreu notadamente entre os partidos que se mantiveram nos pleitos. Essas informações sugerem que a volatilidade eleitoral entre esses três pleitos se constituiu tanto por mudanças mútuas de voto entre PT e PSDB quanto pela força de novos partidos. Pelos resultados eleitorais nacionais e paulistas sabe-se que terceiras forças não foram capazes de quebrar a hegemonia de ambos os partidos. Abaixo verifiquei se a transferência de apoio entre PSDB e PT configurou alterações nas respectivas bases eleitorais.

Para cada par de eleições, elenquei todas as urnas em ordem crescente, da *menor para a maior educação*, e dividi em quartis. Logo, o primeiro quartil constitui-

se nas 25% urnas com menor educação no Estado de São Paulo; o segundo quartil, nas 25% seguintes, e assim sucessivamente. Depois, calculei o índice de volatilidade de Pedersen para cada quartil.

Tabela 3 -Volatilidade eleitoral - Presidente - Quartis educacionais - %

Ano/Quartil	1994-1998	1998-2002	2002-2006
1 quartil	17,1	34,9	29,2
2 quartil	16,1	35,5	34,2
3 quartil	14,4	35,6	38,5
4 quartil	12,2	31,3	40,3

Fonte: Banco de Dados Eleitorais CEM/CEBRAP

Note-se que em 94-98 a flutuação tem queda linear quando se passa das seções de menor para as de maior educação, e, no último período analisado, 02-06, o padrão se inverte: o quartil de menor educação é o que apresentou menor volatilidade eleitoral.

Logo, não se pode afirmar que eleitores com menor educação são inerentemente mais voláteis, ou vice-versa. A mudança de voto parece ter mais relação com a dinâmica da competição eleitoral, as características e as forças dos partidos apresentados, do que com características sociais dos eleitores.

Tabela 4 - Cenário Contrafactual - Volatilidade eleitoral - Presidente - Quartis educacionais - %

Ano/Quartil	1994-1998	1998-2002	2002-2006
1 quartil	7,2	24,6	13,2
2 quartil	7	25,8	17
3 quartil	6,4	26,9	20,6
4 quartil	5	25,2	23,3

Fonte: Banco de Dados Eleitorais CEM/CEBRAP

Os índices de volatilidade contrafactual, ou seja, os valores da flutuação do voto como seriam se as opções partidárias permanecessem constantes, revelam que as diferenças entre os grupos educacionais são aplainadas: os valores por quartis de escolaridade mostram uma maior homogeneidade na relação entre volatilidade e escolaridade do que a encontrada nos testes com o índice de Pedersen, considerando todas as legendas. Esse dado revela que os partidos que mobilizaram o eleitorado mas

não apresentaram plataforma em dois pleitos seguidos obtiveram inserção educacional específica, seja nos mais educados, seja nos menos.

Votos por educação - O objetivo aqui é levantar indícios sobre as bases sociais dos partidos. Verificaremos se os índices de volatilidade expostos acima expressam alterações na inserção social das legendas. Como vimos, o debate da volatilidade está assentado na noção de clivagens sociais, e a literatura sobre o Brasil reiteradamente afirma que os partidos não possuem lastro nos diferentes grupos da sociedade. Procura-se mostrar aqui, ao contrário, que PT e PSDB, os principais contendores de 94 a 06, se ancoram em grupos educacionais definidos, e que esse padrão não sofre alteração no tempo, no Estado de São Paulo.

Abaixo se encontram gráficos e tabelas de regressão sobre a relação entre voto no PT e PSDB e nível de escolaridade por urna. O primeiro exercício consiste numa divisão das urnas em quartis, ordenados crescentemente, das urnas de menor educação até as de maior, e a porcentagem de votos dos partidos nesses quartis. A atenção deve estar voltada para a comparação da disposição da reta entre os pleitos. No que se refere ao segundo teste, trata-se de um modelo de regressão simples, no qual a variável dependente é a porcentagem de votos do PT ou do PSDB, e a variável explicativa é o nível de escolaridade das urnas.

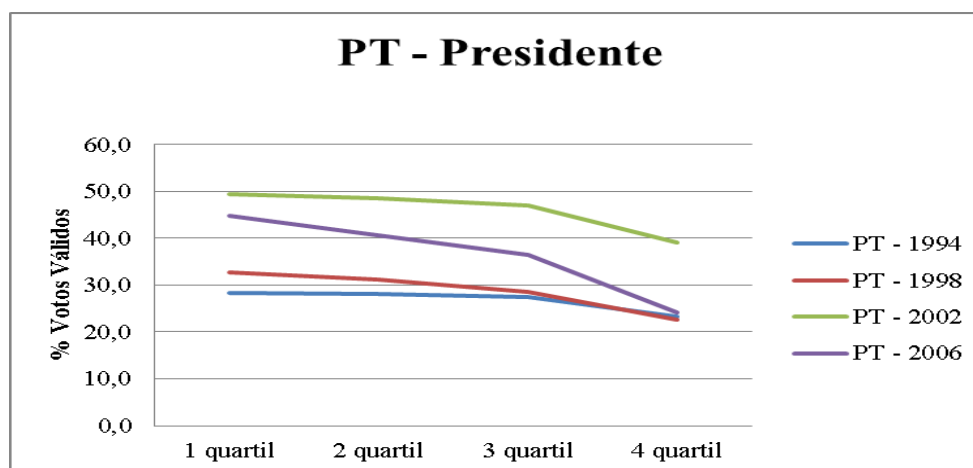


Tabela 5 - Regressão linear simples - PT / Educação - Presidente

Ano/Informações do Modelo	1994	1998	2002	2006
Coefficiente da V.I.	-2,7	-5,207	-6,004	-11,226
Erro-Padrão	0,069	0,069	0,06	0,063
Significância	***	***	***	***
R2	0,038	0,117	0,178	0,317
N	38852	43527	46203	66281

Variável Dependente: % Votos do PT

Variável Independente: Educação Média
 Unidade: Seção Eleitoral
 Significância: *** $p < 0,01$
 Fonte: Banco de Dados Eleitorais CEM/CEBRAP

Os dados mostram uma relação interessante: não apenas o PT esteve mais associado às urnas de menor educação em todo o período considerado, como também aumentou sua inserção entre esse grupo. O coeficiente da regressão é inequívoco: conforme ocorrem as disputas de 94, 98, 02 e 06, aumenta o impacto da variação da educação no voto do PT.

Logo, o padrão de apoio do PT nas eleições presidenciais de 94-06 em São Paulo é condizente com o modelo sociológico ou espacial do comportamento eleitoral: sendo o competidor efetivo situado mais à esquerda, o partido de fato recebeu mais votos dos menos educados. Cabe notar que essa relação pode ter se aprofundado após o exercício do governo central a partir de 2003. Entretanto, é importante sublinhar que mesmo anteriormente, quando a legenda era oposição, a relação entre nível educacional e voto era a mesma.

Abaixo se encontra os mesmos dados referentes ao PSDB:

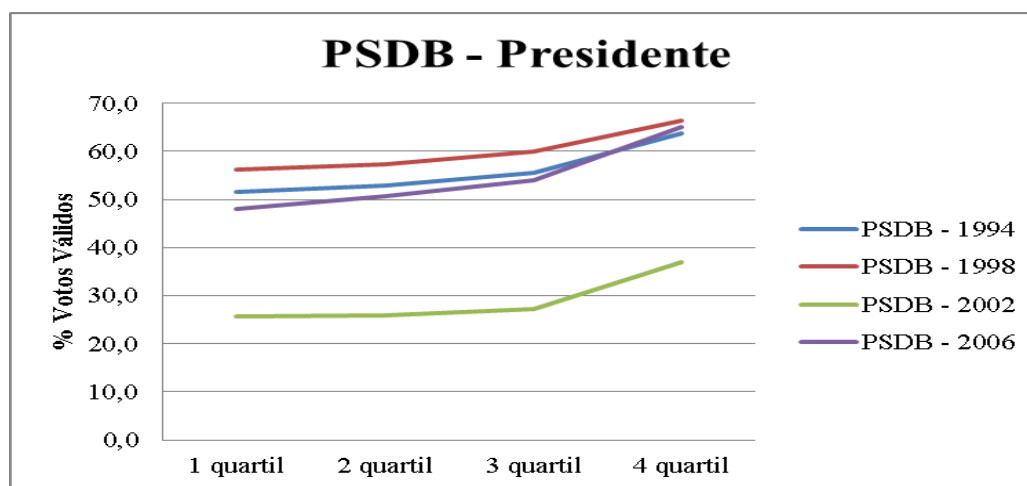


Tabela 6 - Regressão linear simples - PDSB / Educação – Presidente

Ano/Informações do Modelo	1994	1998	2002	2006
Coeficiente da V.I.	6,701	5,536	6,866	9,433
Erro-Padrão	0,074	0,07	0,065	0,069
Significância	***	***	***	***
R2	0,175	0,127	0,196	0,22
N	38852	43527	46203	66281

Variável Dependente: % Votos do PSDB
 Variável Independente: Educação Média
 Unidade: Seção Eleitoral

Significância: *** p<0,01

Fonte: Banco de Dados Eleitorais CEM/CEBRAP

Os resultados para o PSDB apontam em sentido semelhante ao do PT, só que em direção contrária e em menor força. O partido recebeu, em todo o período estudado, mais votos entre as urnas de maior educação. No entanto, esse padrão de apoio se manteve mais estável que o do PT entre as quatro eleições, e também não seguiu um aumento linear de inserção no seu grupo com o passar do tempo, como mostrado pelos betas da regressão, e pelas diferenças entre o primeiro e o último quartil: em 94, 12%; em 98, 10%; em 02, 11% e em 06, 17%.

Aqui também a disputa de 2006 resultou na maior correlação com a escolaridade por urna. Enquanto no nível nacional o PSDB atingiu 41%, no último quartil do Estado de São Paulo, o mais educado, o partido atingiu 65%.

Os resultados encontrados nesta seção mostram que PT e PSDB têm bases eleitorais definíveis em São Paulo, e as mudanças que ocorreram nos apoios dos diferentes níveis resultam em aprofundamento desse padrão.

Eleições para governador de São Paulo 1982 - 2006

Os pleitos para governador, de 1982 a 2006, atravessaram três grandes momentos político-partidários da história recente do Brasil: a transição e abertura dos anos 80, a eleição e queda do presidente Collor, e o período de bipolaridade da disputa nacional entre PT e PSDB construído nos anos 90. Assim, esse é um bom caso para verificar o impacto das mudanças nacionais, contextuais e de longo prazo na volatilidade para governador de estado.

Na tabela abaixo, encontram-se os índices de volatilidade de Pedersen, agregados ao nível estadual:

Tabela 7 - Volatilidade Eleitoral Pedersen - Governador - Nível do Estado de São Paulo - %

1982-1986	1986-1990	1990-1994	1994-1998	1998-2002	2002-2006	Média
15,3	41,3	61,4	40,2	31,4	28	36,3

Fonte: Banco de dados Eleitorais CEM/CEBRAP

A tabela revela dados interessantes. A reorganização do quadro partidário e o período Collor parecem ter impactado fortemente a volatilidade em 86-90 e 90-94, os

pares com valores de Pedersen mais elevados. Isso se reforça levando em consideração o pequeno índice de 82-86, no começo da abertura partidária, e a flutuação eleitoral menor em 98-02 e 02-06,

No entanto, abaixo veremos que o peso desses fatores de longo prazo incidiram mais sobre a estratégia partidária pontual de entrada e saída da competição que nas preferências expressas dos eleitores.

A tabela abaixo apresenta os valores da volatilidade contrafactual, ou seja, as mudanças de voto apenas entre os partidos constantes em cada par considerado:

Tabela 8 - Cenário Contrafactual - Volatilidade Eleitoral - Governador - Nível do Estado de São Paulo %

1982-1986	1986-1990	1990-1994	1994-1998	1998-2002	2002-2006	Média
14	22,5	25,6	22,5	19,7	12,6	19,5

Fonte: Banco de dados Eleitorais CEM/CEBRAP

Os resultados revelam que quase de 50% da volatilidade captada pelo índice de Pedersen é causada *necessariamente* pela alteração da oferta partidária. Cada par de eleições apresentou sua especificidade: enquanto que em 82-86 quase toda a flutuação se deu entre os partidos “constantes”, em 90-94 cerca de 60% esteve determinada pelas mudanças no leque de escolhas do eleitor.

Se levarmos em consideração apenas os resultados do pós 94, a partir do par 94-98, o índice de Pedersen apresenta média de 33,2%, enquanto que a volatilidade contrafactual tem média de 18,2%. Logo, tem-se que 45% da flutuação eleitoral é consequência necessária das decisões de entrada dos partidos, de 1994 a 2006.

Ao levarmos em consideração a contextualização histórico-político, veremos que os índices de volatilidade não se alteraram muito entre os períodos de consolidação democrática no Brasil. Tão importante quanto esses fatores de longo prazo são as decisões estratégicas dos partidos pontuais de cada pleito. Evidentemente, a observação dos resultados eleitorais é suficiente para verificar que os períodos históricos estão associados com quedas e subidas de determinados partidos: por exemplo, a decadência do PMDB no começo dos anos 90, e a subida do PT nos 2000. Entretanto, o que é importante sublinhar é que o quadro partidário revela uma movimentação do eleitorado razoavelmente constante no tempo, fortemente impactado pelas decisões partidárias.

Volatilidade governador por educação - Para analisar a relação entre escolaridade e flutuação eleitoral, foram utilizados os mesmos procedimentos das disputas para presidente. Abaixo se encontram as tabelas:

Tabela 9 - Volatilidade eleitoral - Governador - Quartis educacionais %

Ano/quartil	1994-1998	1998-2002	2002-2006
1 quartil	39,2	36,4	27,3
2 quartil	40,2	34,3	27,2
3 quartil	41,5	30,6	30,2
4 quartil	40,3	23	34,2

Fonte: Banco de Dados Eleitorais CEM/CEBRAP

Os dados mostram uma relação entre volatilidade e educação semelhante ao das eleições presidenciais: os dois primeiros pares com associações negativas, e o último correlacionado positivamente.

Abaixo se encontram os mesmos exercícios, mas com o índice de volatilidade contrafactual:

Tabela 10 - Cenário Contrafactual - Volatilidade eleitoral - Governador - Quartis educacionais %

Ano/quartil	1994-1998	1998-2002	2002-2006
1 quartil	21,9	22,2	12,4
2 quartil	22,6	21	12
3 quartil	23,2	19	14,5
4 quartil	22,3	15,3	18,5

Fonte: Banco de Dados Eleitorais CEM/CEBRAP

A distribuição educacional da volatilidade contrafactual, ou seja, apenas entre os partidos constantes, revela uma diminuição do peso da variação da educação na variação da flutuação eleitoral.

Votos por educação - Ao longo de 94-06, três partidos se destacaram nas eleições para governador de São Paulo: PSDB, PP e PT; cada um representante de um ponto no espectro ideológico. O objetivo dessa seção é verificar se esses partidos obtiveram maior inserção em grupos educacionais diferentes, se isso se manteve no tempo, e se esse padrão tem relação com a divisão ideológica que os analistas políticos freqüentemente a eles atribuem.

Novamente, as técnicas adotadas são as mesmas da análise das eleições para presidente, expostas acima. Inicialmente, os resultados sobre o apoio do PT:

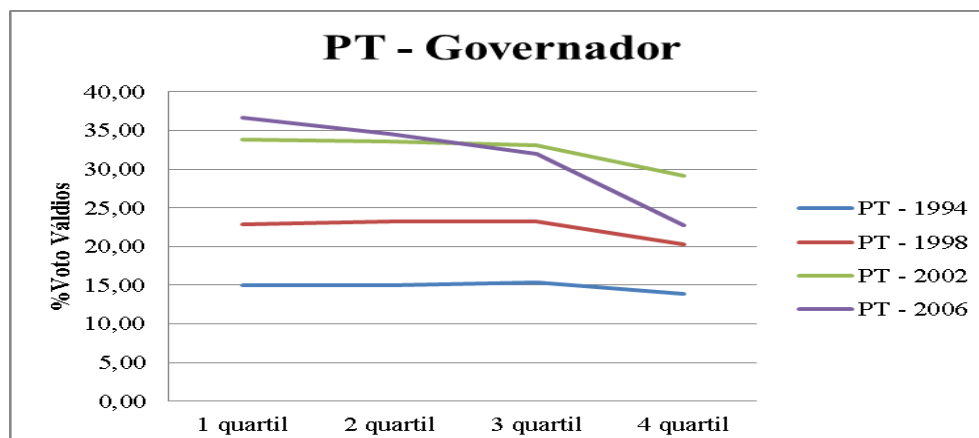


Tabela 11 - Regressão linear simples - PT / Educação - Governador

Ano/Informações do Modelo	1994	1998	2002	2006
Coefficiente da V.I.	-0,444	-1,206	-2,584	-7,547
Erro-Padrão	0,054	0,056	0,06	0,064
Significância	***	***	***	***
R2	0,002	0,01	0,038	0,17
N	38852	43527	46203	66281

Variável Dependente: % Votos do PT

Variável Independente: Educação Média

Unidade: Seção Eleitoral

Significância: *** $p < 0,01$

Fonte: Banco de Dados Eleitorais CEM/CEBRAP

Os dados mostram que o partido sempre foi mais sufragado entre as seções de menor educação. Mais do que isso, essa relação fica mais forte com o passar das disputas, atingindo coeficiente de -7,5 no modelo de regressão em 2006. Cabe notar o cruzamento das retas de 2002 e 2006: na comparação entre esses dois anos, embora a votação no agregado tenha sido semelhante, - 32% -, em 2006 o partido foi mais votado nos dois primeiros quartis, os de menor escolaridade, enquanto que em 2002 recebeu mais apoio nos dois últimos grupos, os de maior escolaridade.

Agora, passemos para os dados referentes à votação do PSDB:

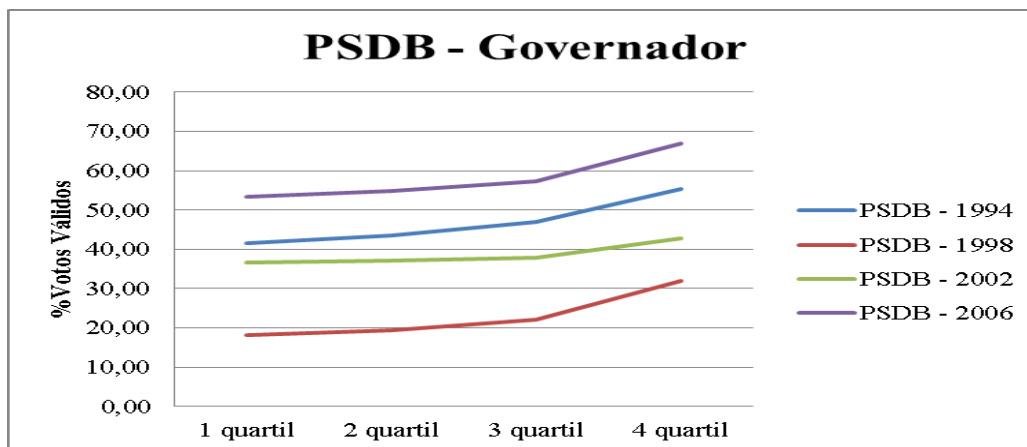


Tabela 12 - Regressão linear simples - PSDB / Educação - Governador

Ano/Informações do Modelo	1994	1998	2002	2006
Coefficiente da V.I.	7,431	8,126	3,612	7,545
Erro-Padrão	0,069	0,051	0,058	0,073
Significância	***	***	***	***
R2	0,23	0,369	0,078	0,136
N	38852	43527	46203	66281

Variável Dependente: % Votos do PSDB

Variável Independente: Educação Média

Unidade: Seção Eleitoral

Significância: *** $p < 0,01$

Fonte: Banco de Dados Eleitorais CEM/CEBRAP

Os resultados do PSDB sinalizam que a base de apoio desse partido são as seções com maior escolaridade. À exceção de 2002, os coeficientes da regressão linear simples sempre atingiram valores acima de sete, indicando que cada aumento de uma unidade na escolaridade média por urna, aumenta-se em sete pontos percentuais o valor predito da votação do partido.

Por último, dados sobre o desempenho do PP(B), que conseguiu boas votações em 98 e 02:

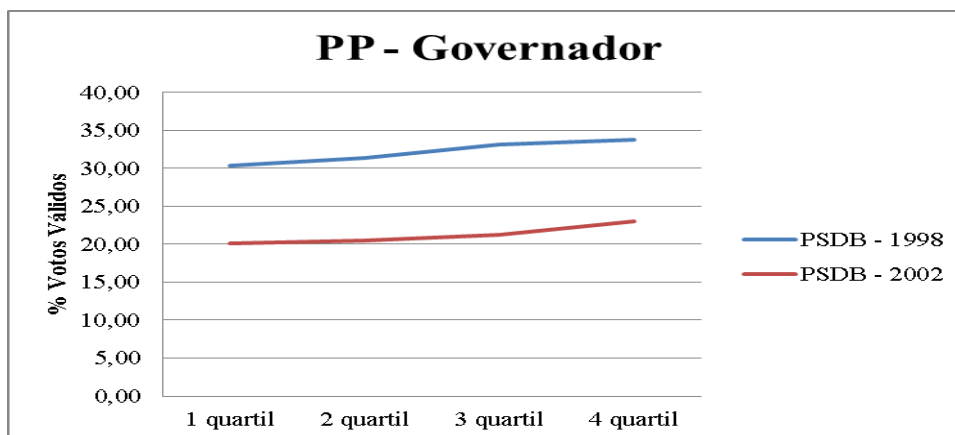


Tabela 13 - Regressão linear simples - PP / Educação - Governador

Ano/Informações do Modelo	1998	2002
Coefficiente da V.I.	1,019	1,314
Erro-Padrão	0,057	0,043
Significância	***	***
R2	0,007	0,02
N	43527	46203

Variável Dependente: % Votos do PP

Variável Independente: Educação Média

Unidade: Seção Eleitoral

Significância: *** $p < 0,01$

Fonte: Banco de Dados Eleitorais CEM/CEBRAP

Os resultados mostram que o partido foi mais votado conforme era maior a escolaridade. Apesar da pequena força dessa relação, ela foi contínua conforme se passa do primeiro para o quarto quartil.

Em síntese, os resultados do desempenho eleitoral por educação dos três maiores competidores para o governo estadual de São Paulo de 1994 a 2006 levantam indícios de que eles possuem tipos de eleitores partidários: o PT com os de menor escolaridade, o PSDB com os de maior, e o PP com leve inclinação para os mais educados.

Eleições para prefeito de São Paulo 1985-2008

Desde a primeira eleição direta para prefeito de São Paulo pós ditadura militar, em, 1985, até 2008, cinco partidos diferentes ganharam as quatro eleições para a prefeitura de São Paulo, de todos os matizes ideológicos. Essa afirmação parece indicar uma instabilidade eleitoral crônica do eleitor paulistano. O objetivo aqui é traçar um quadro analítico mais acurado, que permita visualizar até que ponto essa indicação corresponde à realidade ou se, antes, a flutuação do resultado eleitoral para as eleições municipais de São Paulo deve-se mais às mudanças nas opções partidárias definidas pelas elites políticas aos eleitores do que propriamente às oscilações das preferências expressas no voto.

Abaixo se encontra a tabela 14 com o índice de volatilidade de Pedersen para prefeito de São Paulo:

Tabela 14 - Volatilidade Eleitoral Pedersen - Prefeito - Nível da Cidade de São Paulo %

1985-1988	1988-1992	1992-1996	1996-2000	2000-2004	2004-2008	Média
59,6	17,3	18,4	41,8	30	38,7	34,3

Fonte: Banco de dados Eleitorais CEM/CEBRAP

A média da volatilidade para prefeito de São Paulo é semelhante aos resultados das eleições presidenciais e de governador: 34,3%. Cabe notar o alto índice do primeiro par, quando do fim do período da redemocratização, e o baixo valor em 92-96, quando início da construção da bipolaridade nacional entre PT e PSDB.

A variação no quadro de candidaturas apresentadas foi grande. Entretanto, o que deve ser notado é que três partidos se destacam na apresentação recorrente de candidaturas: PT, PSDB e PP. Logo, a despeito do jogo de candidaturas, não é coincidência que essas legendas mantêm a proeminência na competição municipal paulistana.

Fazendo o cálculo da volatilidade contrafactual, cujos valores estão expostos na tabela abaixo, observa-se que cerca de 40% do índice de Pedersen, exposto na tabela 14, se deve à movimentação dos partidos, impossibilitando o eleitor de repetir sua preferência. Se levarmos em conta apenas o período pós-96, essa porcentagem chega à 50%.

Tabela 15 - Cenário Contrafactual - Volatilidade Eleitoral - Prefeito - Nível da Cidade de São Paulo %

1985-1988	1988-1992	1992-1996	1996-2000	2000-2004	2004-2008	Média
37,7	14	14,6	23,4	21,5	15,1	21

Fonte: Banco de dados Eleitorais CEM/CEBRAP

Volatilidade por educação – Abaixo se encontra o índice de volatilidade dentro dos quartis educacionais:

Tabela 16 - Volatilidade eleitoral - Prefeito - Quartis educacionais - %

Ano/quartil	1996-2000	2000-2004	2004-2008
1 quartil	40,5	30,5	30,2
2 quartil	42,2	30,6	35,5
3 quartil	42,9	34	42,3
4 quartil	41,1	32,5	50

Fonte: Banco de Dados Eleitorais CEM/CEBRAP

A mudança de voto esteve fortemente relacionada a seções de alta escolaridade. Esse mesmo exercício realizado para o cenário contrafactual, retirando os partidos que não participaram de duas eleições seguidas, revela que as seções de maior educação são as que mais alteraram sua preferência eleitoral entre os partidos constantes.

Tabela 17 - Cenário Contrafactual - Volatilidade Eleitoral - Prefeito - Quartis educacionais - %

Ano/quartil	1996-2000	2000-2004	2004-2008
1 quartil	18,3	21,6	10,1
2 quartil	22,2	21,5	13
3 quartil	25,2	25,2	16,9
4 quartil	27,8	25,6	21,7

Fonte: Banco de Dados Eleitorais CEM/CEBRAP

A interpretação que se pode dar para o fato das urnas mais escolarizadas estarem mais associadas com flutuação eleitoral, diferentemente do cenário para governador e presidente, é o fato do PT já encontrar maior inserção nas seções de baixa educação no começo da série aqui analisada. Os locais de maior educação média, por seu turno, alteraram sua preferência eleitoral entre PP, PSDB e DEM, sempre com comportamento contra o PT.

As bases educacionais dos partidos podem ser encontradas abaixo:

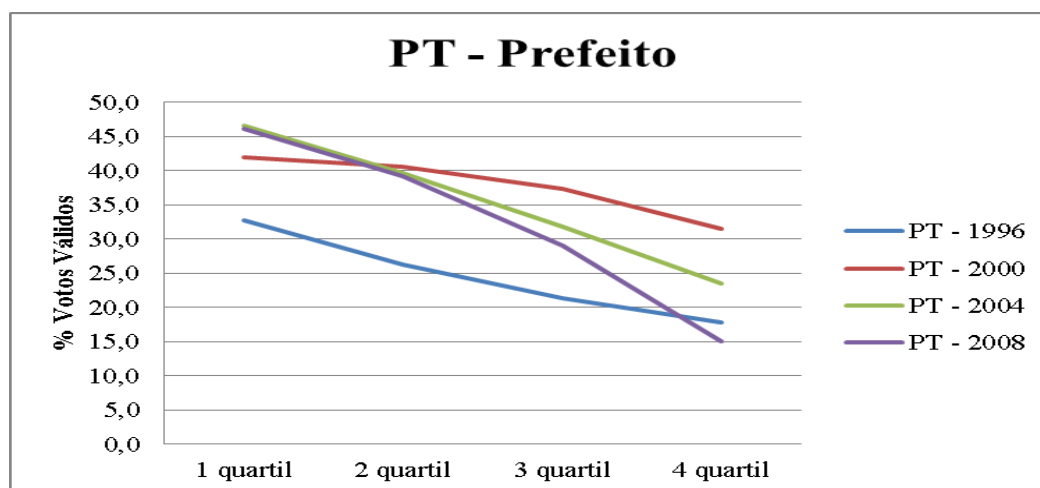


Tabela 18 - Regressão linear simples - PT / Educação – Prefeito

	1996	2000	2004	2008
Coefficiente da V.I.	-6,898	-5,479	-11,376	-15,641
Erro-Padrão	0,061	0,054	0,097	0,13
Significância	***	***	***	***
R2	0,498	0,433	0,449	0,416
N	13094	13735	16970	20301

Variável Dependente: % Votos do PT
 Variável Independente: Média de Educação
 Unidade: Seção Eleitoral
 Significância: *** $p < 0,01$
 Fonte: Banco de Dados Eleitorais CEM/CEBRAP

Os betas das regressões e a disposição das linhas no gráfico não deixam dúvidas: o apoio do PT na cidade de São Paulo é fortemente influenciado pela distribuição educacional, com o partido recebendo muitos votos nas seções de menor educação vis-à-vis as de alta educação.

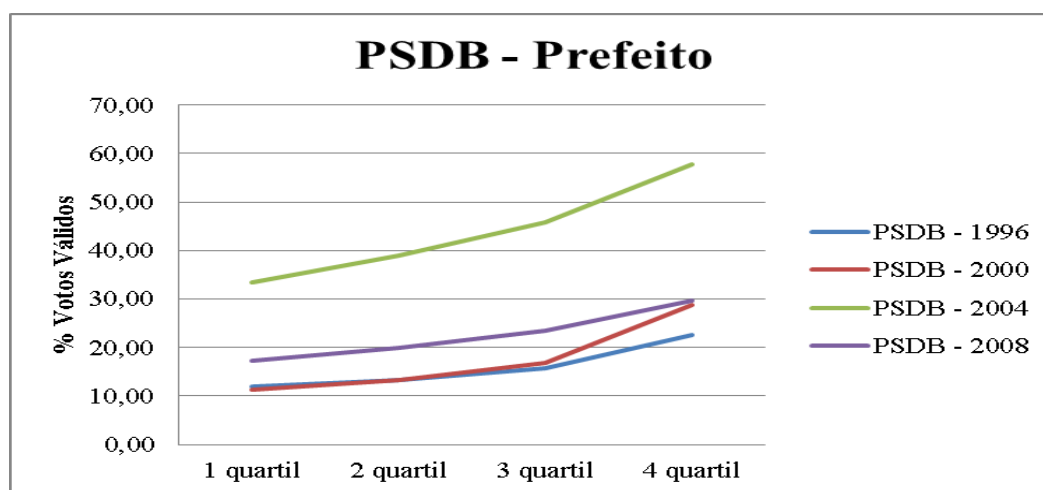


Tabela 19 -Regressão linear simples – PSDB / Educação - Prefeito

	1996	2000	2004	2008
Coefficiente da V.I.	5,423	9,39	12,47	6,264
Erro-Padrão	0,033	0,044	0,07	0,051
Significância	***	***	***	***
R2	0,675	0,768	0,655	0,428
N	13094	13735	16970	20301

Variável Dependente: % Votos do PSDB
 Variável Independente: Média de Educação
 Unidade: Seção Eleitoral
 Significância: *** $p < 0,01$
 Fonte: Banco de Dados Eleitorais CEM/CEBRAP

Os resultados para o PSDB são também bastante nítidos: o partido é sistematicamente mais votado nas urnas de maior escolaridade, e conforme mostram os coeficientes de regressão, essa relação é forte principalmente nos anos de 2000 e 2004.

Por último, o desempenho do PP:

Gráfico 8

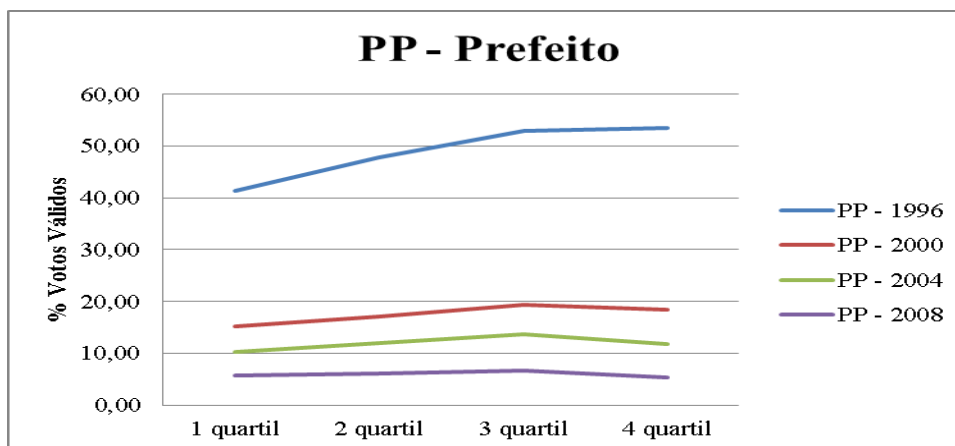


Tabela 20 -Regressão linear simples – PP / Educação - Prefeito

	1996	2000	2004	2008
Coefficiente da V.I.	5,326	1,251	0,359	-0,316
Erro-Padrão	0,075	0,051	0,046	0,026
Significância	***	***	***	***
R2	0,28	0,042	0,004	0,007
N	13094	13735	16970	20301

Variável Dependente: % Votos do PP

Variável Independente: Média de Educação

Unidade: Seção Eleitoral

Significância: *** $p < 0,01$

Fonte: Banco de Dados Eleitorais CEM/CEBRAP

A distribuição educacional dos votos do PP revela um padrão diferente dos dois analisados anteriormente: de 96 a 08, a educação por urna passou a ser menos importante para a votação do partido, além de assumir tendência decrescente. Isso pode estar relacionado com o apoio cada vez menor que essa legenda passou a receber em São Paulo.

Síntese geral:

Para resumir, é importante sublinhar que os maiores partidos apresentam base educacional e tendência temporal semelhante nos três níveis federativos de disputa. PT e PSDB sempre apresentaram, no período considerado, correlação com nível educacional das urnas, o primeiro em sentido negativo, o segundo, positivo. Cabe notar que nos períodos mais recentes, essa relação ficou mais acentuada.

A flutuação do voto muitas vezes esteve associada à inserção cada vez maior do PT entre os menos escolarizados. A atualização do recorte temporal poderá dizer se

a tendência desse grupo em ser mais volátil foi atenuada. Os resultados agregados da última geral, 2010, levam a crer que sim.

Considerações Finais

O esforço deste trabalho busca proporcionar uma nova interpretação para o fenômeno da volatilidade eleitoral no Brasil (focando no caso de São Paulo), e, assim para a avaliação sobre o papel dos partidos políticos no momento eleitoral. Neste sentido, contribui para discussões acerca da institucionalização do sistema partidário, e, de modo geral, para o funcionamento da democracia no Brasil. A tese defendida é a de que o índice de flutuação do voto é fortemente influenciado pelo comportamento dos partidos, ao decidirem sobre o lançamento de candidaturas, e não revela, necessariamente, um comportamento eleitoral desordenado. A hipótese defendida pode levar, então, a novos testes em outros contextos eleitorais, e logo, trazer novas compreensões ao comportamento eleitoral e à dinâmica do sistema partidário no Brasil.

Os dados também apontam uma tendência de homogeneidade nos padrões de disputa nos três níveis federativos em São Paulo, não apenas no que se refere às legendas ou coligações partidárias efetivamente vencedoras, mas também no perfil social de apoio de cada postulante. Isso é uma evidência da institucionalização do sistema partidário, no sentido da construção de identidades estáveis com grupos da sociedade.

No entanto, como conciliar os achados e os argumentos deste trabalho com o fato de que os eleitores brasileiros, na sua maioria, não se identificam com os partidos (Veiga, 2007), têm baixa memória sobre a direção de seus votos passados (Nicolau, 2006: 704), avaliam de forma muito negativa os partidos (Moisés, 2010) e, algumas vezes, não conseguem ligar o nome de conhecidas lideranças a suas respectivas legendas (Kinzo, 2007)?

Não nego a pertinência e a importância, tanto analítica quanto normativa, desses achados. Nada obstante, busco ressaltar outros pontos

- (1) A literatura internacional sobre teoria dos partidos políticos é quase unânime em ressaltar a mudança do papel das agremiações partidárias nas atuais configurações democráticas. Ainda que exista um debate sobre o impacto dessas transformações sobre a força dos partidos, seja do ponto de vista teórico, seja empírico-analítico (ver Manin, 1995; Dalton, 2004; Katz e

Mair, 2009, dentre outros), existe hoje um certo consenso de que, parafraseando Schmitter (2001), os partidos não são o que costumavam ser. Assim, dado que nosso sistema partidário foi formado nos anos 80 e 90, e dado que as condições causais levantadas pela literatura também podem ser encontradas no caso brasileiro, penso que exigir elevados níveis de identificação partidária, de filiação, de confiança nos partidos ou de relação entre esses e a sociedade civil é, em certo nível, irrealista e anacrônico.

(2) Outro ponto é o *status* teórico da identificação partidária. Esse fenômeno é passível de diversas interpretações pelas diferentes teorias do comportamento eleitoral. Na abordagem da escolha racional, a IP é vista como um atalho de informação, no qual eleitores “racionalmente ignorantes” utilizam como balizador da decisão do voto. No cenário contemporâneo, no qual os partidos não ocupam um lugar tão proeminente quanto os modelos de partidos de massa ocuparam outrora, pode-se problematizar a interpretação psico-sociológica da IP. Visto que as agremiações não realizam importantes papéis de socialização política, a IP pode ser vista como apenas mais um recurso possível para decisão do voto. Utilizando-se da abordagem de Idema (2009), eleitores filtram em vários níveis os partidos, com base em suas preferências, independente de expressarem identificação. Ademais, utilizando-se da proposta de Carreirão e Kinzo (2004), parece-me promissora analiticamente a idéia de uma identificação negativa: diz respeito a eleitores que rejeitam determinados partidos e votam nos seus oponentes mais competitivos. O PT talvez seja o partido que mais se encaixe nesse perfil: abarca a maioria do eleitorado que se identifica com algum partido, mas também sofre a maior rejeição.

(3) Por fim, a associação entre votação nos níveis sociais e partidos, tal como procura demonstrar este *paper*, pode indicar para uma construção de representação dos principais partidos brasileiros no comportamento dos eleitores. Logo, mesmo em condições históricas e institucionais diferentes das preconizadas pelo modelo do partido de massas, pode-se pensar na

possibilidade de outros mecanismos atuarem no estabelecimento de ligação estável entre partido e eleitor.

Bibliografia:

Bartolini, Stefano (1999) “Collusion, competition and democracy: part I”, *Journal of Theoretical Politics*, 11(4), 435-470.

_____ ; Mair, Peter. (1990) *Identity, competition, and electoral availability*. Cambridge University Press, Cambridge.

Campbell, Angus; Converse, Philip; Miller, Warren; Stokes, Donald. (1980) *The American Voter*. University of Chicago Press, Chicago.

Carey, John; Carey e Shugart, Matthew. (1995) “How to Cultivate a Personal Vote: A Rank Ordering of Electoral Formulas”. *Electoral Studies*, vol. 14, n. 4.

Carreirão, Yan de Souza e Kinzo, Maria D’Alva. (2004) “Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002)”. *Dados*, vol. 47, n. 1, p. 131-168.

Cox, Gay (2005) “Electoral institutions and political competition: coordination, persuasion and mobilization”. In Ménard, Claude ; Shirley, Mary (ed.) *Handbook of new institutional economics*, Springer, Berlin.

_____ (2010) “Core voter, swing voter and distributive politics” in Shapiro, Ian; Stokes, Susan; Wood, Elisabeth Jean; Kirshner, Alexander (eds.). *Political Representation*. Cambridge University Press, Cambridge.

Dahl, Robert. (1997) *Poliarquia: Participação e Oposição*. Edusp, São Paulo.

Dalton, Russel J. (2004) *Democratic Challenges, Democratic Choices*. Oxford University Press, Oxford.

Downs, Anthony. (1999) *Uma teoria econômica da democracia*. Edusp, São Paulo.

Duverger, Maurice. (1987) *Os partidos políticos*. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro.

Idema, Tilmo. (2009) "Core voters or swing voters? The distributive politics of higher education spending". Paper apresentado no Institutions and Inequality Conference, Department of Politics and International Relations, University of Oxford. Disponível em <http://tim.hicks.me.uk/conference2009/papers/pdfs/Idema2009.pdf>.

Fearon, James. (1991) "Counterfactuals and hypothesis testing in political science", *World Politics*, vol. 43, n. 2, p. 169-95.

Figueiredo, Marcus (1991) *A decisão do voto: Democracia e Racionalidade*. Ed. Sumaré/Anpocs, São Paulo.

Gerring, John (2004) "What Is a Case Study and What Is It Good for?", *American Political Science Review*, vol. 98, n.2.

Huntington, Samuel (1975) *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*, Ed. Forense, Rio de Janeiro.

Katz, Richard ; Mair, Peter (1995). "Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party". *Party Politics*, v.1, n.1, pp. 5-28.
_____; _____. (2009) "The cartel party thesis: a restatement". *Perspectives on Politics*, vol.7, n.4, p.753-66.

Kinzo, Maria D`Alva. (2004) "Partidos, Eleições e Democracia no Brasil pós 1985". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, n. 54.
_____. (2007) "Os partidos no eleitorado: percepções políticas e laços partidários" In Kinzo, Maria D`Alva e Braga, Maria do Socorro (orgs.) *Eleitores e representação partidária no Brasil*. Ed. Humanitas, São Paulo.

Kirchheimer, Otto. (1990) "The catch-all party" in Mair, Peter (org.). *The West European Party System*. Oxford University Press, Oxford.

Kitschelt, Herbert (2000). "Linkages between citizens and politicians in democratic polities". *Comparative Political Studies*, v. 33, n. 6/7.

Lane, Jan-Erik e Ersson, Svante. (1997) "Parties and Voters: what creates the ties?" *Scandinavian Political Studies*, vol. 20, n. 2.

Lazarsfeld, Paul; Berelson, Bernard; Gaudet, Hazel (1948) *The People`s Choice: How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign*. Columbia University Press, New York.

Lima, Marcelo Coutinho. (1996) "Volatilidade eleitoral em São Paulo, 1985-92". *Novos Estudos Cebrap*, n. 46, p. 21-38.

Limongi, Fernando. (2000) “Institucionalização Política” in Miceli, Sergio (org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), vol.3, Ed. Sumaré/ANPOCS, São Paulo.

_____. (2002) “Debate Institucional e democracia no Brasil: O problema do sistema partidário” in Perissinotto, Renato e Fuks, Mario. Democracia: Teoria e Prática. Ed. Relume- Dumará, Rio de Janeiro.

Lipset, Seymour. (1975) O Homem Político. Ed. Zahar, Rio de Janeiro.

_____; Rokkan, Stein (1990) “Cleavage Structures, Party Systems, and Voter Alignments” in Mair, Peter (org.) *The West European Party System*. Oxford University Press, Oxford.

Mainwaring, Scott; Scully, Timothy. (1994) “A institucionalização dos sistemas partidários na América Latina”. Dados, vol. 37, n.1, p. 43-79.

Manin, Bernard. (1995) “As metaformoses do governo representativo”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.29.

Moisés, José Álvaro. (2010) “Os significados da democracia segundo os brasileiros”, Opinião Pública, vol. 16, n.2, p. 269-309.

Nicolau, Jairo (2006) “O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil”. Dados, vol. 49, n. 4, p. 689-720.

_____. (2010) “Partidos e sistemas partidários: 1985-2009” in Martins, Carlos Benedito; Lessa, Renato. (org.). Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política, São Paulo.

Peres, Paulo. (2005) “O problema da instabilidade eleitoral na Europa: uma análise do debate teórico, empírico e metodológico”, BIB, nº 60, São Paulo.

Powell, Eleanor e Tucker, Joshua. (2009) “New approaches to electoral volatility: evidence from postcommunist countries”, paper apresentado na 2009 Annual Meeting of the American Political Science Association, Toronto, Canadá.

Przeworski, Adam. (1989) “Estratégia partidária, organização de classe e votação individual” in Przeworski, Adam. Capitalismo e Social-Democracia. Companhia das Letras, São Paulo.

Sartori, Giovanni. (1982) *Partidos e Sistemas Partidários*, Ed. Zahar, Rio de Janeiro.

Schmitter, Phillippe. (2001) “Parties are not what they once were” in Diamond, Larry e Gunther, Richard (orgs.). *Political parties and democracy*, John Hopkins University Press, Baltimore and London.

Tetlock, Philip e Belkin, Aaron (1996). “Counterfactual thought experiments in world politics” in Tetlock, Philip e Belkin, Aaron (orgs.) *Counterfactual thought experiments in world politics*, Princeton University Press.

Veiga, Luciana. (2007) “Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002”. *Opinião Pública*, vol. 13, n.2, p. 340-65.